wedo

POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

WEDO DEVELOPMENTS LTD
2025

POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

O Conselho de Administração da WEDO Developments, Ltd, no âmbito do seu dever geral e indelegável de determinar as políticas e estratégias gerais do Grupo WEDO, e com a análise e proposta preliminar do Comité competente, aprovou a presente Política de Combate à Corrupção e Relações com Funcionários e Autoridades (doravante, a "Política").

O "Código de Anticorrupção do Grupo WEDO" (doravante, o "Código de Conduta") é a norma interna que constitui a base do nosso Modelo de Conformidade Regulamentar. A presente Política está alinhada com os valores de integridade (honestidade e transparência) consagrados neste Código de Conduta e constitui um desenvolvimento de duas das suas diretrizes de conduta no Mercado: as medidas de anticorrupção e as relações do Grupo com Governos e Autoridades. Além disso, esta Política desenvolve o princípio fundamental da luta contra a corrupção, estabelecido no Pacto Mundial das Nações Unidas.

Como tal, esta Política deve ser lida e interpretada em conjunto com o Código de Conduta.

1. OBJECTIVO

Os principais objetivos desta política são:

- Estabelecer critérios e diretrizes para determinar quais os comportamentos e condutas que podem ser considerados corrupção, suborno ou extorsão e, como tal, proibidos no Grupo WEDO, com especial atenção para as relações que envolvem representantes do sector público.
- Alinhar todas as áreas de atividade do Grupo com um controlo interno eficaz, orientado para evitar qualquer conduta corrupta e monitorizar a integridade, honestidade e transparência de todos os negócios em que o Grupo participa, sem violar a lei, o Código de Conduta ou as melhores práticas anticorrupção e anti suborno existentes.
- Compilar formalmente o forte compromisso do Grupo de tolerância zero contra qualquer prática relacionada com a corrupção em todas as suas formas ou contrária às suas obrigações legais, regulamentares ou éticas.

2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Esta política aplica-se a:

- Todas as entidades do Grupo WEDO têm em conta as suas próprias características. Para efeitos do presente documento, considera-se que o Grupo WEDO inclui (i) todas as empresas subsidiárias ou detidas maioritariamente, sobre as quais a WEDO Developments, LTD exerce, direta ou indiretamente, um controlo efetivo, independentemente da sua localização geográfica. Como tal, todas as referências ao Grupo WEDO na presente Política devem ser entendidas como incluindo todas as empresas acima referidas.
- Os membros dos órgãos de gestão, os diretores e os trabalhadores de todas entidades do Grupo WEDO acima referidas, independentemente do território onde se encontrem.
- Terceiros, pessoas singulares e/ou coletivas, que se relacionam com o Grupo WEDO de acordo com a presente Política resultante da sua aplicação e dos quais se espera que desenvolvam comportamentos alinhados com o Grupo.

No caso de atividades desenvolvidas pelo Grupo WEDO fora do Reino Unido, a presente Política será adaptada à legislação local mais restritiva que resultar da sua aplicação.

3. DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS APLICÁVEIS

Funcionários públicos ou autoridades: todas as pessoas que, por lei, por eleição, nomeação ou designação pela autoridade competente, exercem uma função pública ou uma atividade legislativa, administrativa ou judicial

posição.

- Conselheiros nomeados pelas autoridades e cargos similares de livre designação.
- Empregados ou diretores de qualquer organização de propriedade pública (total ou parcial).
- Funcionários da União Europeia e de organizações governamentais ou internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, as Nações Unidas ou o Banco Mundial.
- Agentes ou funcionários que desempenham qualquer tipo de funções oficiais ou que atuam por delegação de autoridade para exercer responsabilidades governamentais, autónomas, federais ou locais, para um determinado país ou território e ao mesmo nível que os outros funcionários públicos.
- Cargos de carácter sindical.
- Familiares diretos de funcionários públicos.

Suborno: qualquer ação através da qual se pretenda (i) que alguém pratique um ato contrário aos seus deveres ou os atrase injustificadamente, ou (ii) se tente influenciar ilegalmente a sua imparcialidade, fazendo uso de uma relação pessoal para o levar a decidir a favor de quem suborna ou lhe dá um benefício ou vantagem indevida. Esta ação pode consistir na entrega (ou promessa de entrega) de uma quantia em dinheiro, bens ou qualquer outro tipo de tratamento ou contrapartida favorável. Quando a ação envolve apenas indivíduos, é qualificada como **suborno no sector privado (ou corrupção entre indivíduos)**, enquanto se a ação envolver funcionários públicos, é qualificada como **suborno no sector público (suborno ou tráfico de influências)**. O suborno público pressupõe ainda que a entrega ao funcionário é efetuada por uma pessoa sobre a qual esta figura de autoridade deve tomar uma decisão, embora não se pretenda nenhum dos fins acima referidos (suborno impróprio).

4. O EMPENHAMENTO DO GRUPO WEDO NO PRINCÍPIO GERAL DE TOLERÂNCIA ZERO CONTRA A CORRUPÇÃO

Tal como refletido nos princípios do Grupo WEDO expressos no seu Código de Conduta, o respeito pela legalidade, integridade, honestidade e transparência são valores que devem presidir a qualquer ação dos seus membros, que se comprometem a manter sempre um comportamento ético, evitando qualquer forma de corrupção.

O Grupo WEDO assume este firme compromisso e expressa formalmente a sua posição de tolerância zero contra qualquer forma de corrupção, extorsão ou suborno, não permitindo, autorizando ou consentindo, de forma alguma ou em qualquer circunstância, que os membros do seu Grupo participem em qualquer conduta corrupta no âmbito da sua atividade empresarial e perante entidades públicas e privadas. Assim, o Grupo WEDO

rejeita firmemente todas as formas de corrupção, suborno ou extorsão, tanto no sector público como no privado.

O Grupo compromete-se a exercer a sua atividade com integridade, honestidade e transparência, cumprindo a legislação anticorrupção aplicável e exigindo que os seus colaboradores e terceiros relacionados implementem apenas práticas legítimas e éticas para atingir os seus objetivos e os dos seus grupos de interesse, proibindo expressamente a obtenção de qualquer benefício económico ou vantagem comercial de forma corrupta, ilegal ou imprópria.

5. COMPORTAMENTOS PROIBIDOS NO GRUPO WEDO NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DESTA POLÍTICA

O respeito pelo princípio geral da luta contra a corrupção significa:

- Proibir a oferta e aceitação de subornos, tanto no sector público como no privado. O Grupo WEDO proíbe e sanciona devidamente o suborno nos sectores público e privado, de acordo com a definição deste conceito apresentada na secção 3 da presente Política.
- Proibir a utilização de donativos e patrocínios, bem como de presentes e ofertas, como forma de suborno.
- Proibição de contribuições para fins políticos contrárias à lei. O Grupo WEDO proíbe o pagamento a partidos políticos que contrariem a legislação local resultante da sua aplicação. Em particular, são proibidas as seguintes formas específicas de contribuição para partidos políticos, exceto se expressamente autorizadas pela legislação do país em que opera.
- Proibir os seguintes comportamentos com funcionários públicos ou autoridades (ou pessoas a eles ligadas), mesmo em resposta a um pedido prévio dessas pessoas:
 - Presentes ou ofertas a funcionários públicos ou autoridades.
 - Entrega de dinheiro ou objetos a funcionários públicos para simplificar ou acelerar procedimentos administrativos comuns (por exemplo, obtenção de um visto ou de uma licença), sem que isso represente um ato discricionário (a execução do procedimento é legal, mas o pagamento acelera ou simplifica a sua realização).
- Proibir a realização de qualquer despesa, pagamento ou transação sem a correspondente autorização interna. Todos os pagamentos, despesas ou transações deverão ter autorização atempada de acordo com a legislação interna do Grupo WEDO que, em cada caso, resulte da sua aplicação, para evitar que qualquer contribuição do Grupo encobre um pagamento indevido, suborno ou qualquer uma das práticas rejeitadas pelo Grupo nesta Política.

- Proibir a fraude nos registos contabilísticos e nas informações financeiras fornecidas. Todas as despesas, pagamentos ou transações devem ser devidamente contabilizados. O Grupo WEDO proíbe qualquer conduta fraudulenta destinada a ocultar, em termos contabilísticos, pagamentos indevidos ou resultantes de práticas proibidas pela presente Política, a produzir intencionalmente registos falsos ou enganadores ou a deixar por registar qualquer transação comercial.